



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre os estudos que versam sobre a criação das Unidades de Conservação na região das Represas Billings e Guarapiranga – proposta para criação de Parques Estaduais, de responsabilidade da Fundação Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada às 10h00, em 04 de dezembro de 2017, na cidade de São Paulo/SP.

Realizou-se no dia 04 de dezembro de 2017, no Teatro do Centro Educacional Unificado CEU Três Lagos, localizado à Rua Maria Moura da Conceição, s/nº, Jardim Três Corações, em São Paulo/São Paulo, a Audiência Pública sobre os estudos que versam sobre a criação das Unidades de Conservação na região das Represas Billings e Guarapiranga – proposta para criação de Parques Estaduais, de responsabilidade da Fundação Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo; do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhora Solange Aparecida Dias, Assessora Especial Parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo; dos organismos da sociedade civil; do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de São Paulo; dos órgãos públicos – nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Diretor Gilson Alves Bevilaqua e da Senhora Olga Maria Soares Gross, ambos da Secretária do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo; dos Excelentíssimos Senhora Diretora Lucila Manzatti e do Senhor Gerente Diego Hernandez, ambos da Região Metropolitana e Interior da Fundação Florestal; do Excelentíssimo Senhor Thiago Francisco Neves Gobbo, representante da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP; da Polícia Militar Ambiental; dos conselhos estaduais e municipais de meio ambiente; das entidades ambientalistas, enfim a todos que compareceram a esta audiência pública. Explicou que, normalmente, as audiências públicas são realizadas à tarde, exceto aquelas sobre estudos que versam sobre proposta de criação de unidades de conservação da SMA. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos

Página 1 de 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueou-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo e composta por Lucila Manzatti, Diretora da Região Metropolitana e Interior da Fundação Florestal e, ainda, por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência. Antes de dar início à etapa de apresentação da proposta em si o **Secretário-Executivo** lembrou que os interessados teriam cinco dias úteis de prazo, contados a partir da segunda audiência que seria realizada no dia posterior, para encaminhar, diretamente à Fundação Florestal, por meio de correspondência registrada, qualquer contribuição que se queira juntar à análise da proposta. Passou-se a etapa de apresentação da proposta. **Lucila Manzatti**, Diretora da Região Metropolitana e Interior da FF agradeceu a presença expressiva de representantes locais e regionais cuja participação, frisou, era de extrema importância no processo de criação das unidades de conservação na região da Billings e na Guarapiranga. Agradeceu à Prefeitura de São Paulo por ceder um espaço tão agradável para a realização da audiência pública. Dirigiu especial agradecimento à equipe do CEU pela acolhida carinhosa e pelo cuidado que teve com todos os detalhes necessários a realização da audiência. Agradeceu também à Secretaria do Verde da Prefeitura de São Paulo, em especial pelo apoio dos técnicos e gestores da APA Bororé - Colônia e de Capivari-Monos, também presentes na audiência. Ressaltou que desde o momento que souberam da proposta, se empenharam em organizar e cientificar seus conselhos sobre todas as etapas do processo de criação das UCs. Agradeceu à equipe da Fundação Florestal pela dedicação na elaboração dos pareceres e instrução do processo, juntamente com a equipe do Instituto Florestal, órgão responsável pelos estudos técnicos da proposta e, finalmente, ao CONSEMA que, no meio de sua agenda extremamente atribulada de final de ano, conseguiu organizar e presidir as audiências necessárias, o que é de suma importância. Enfatizou a importância da participação da comunidade, e para tanto, incentivou aos presentes exporem seus pontos de vista, por meio do uso da palavra. O **Secretário-Executivo** convidou Diego Hernandez, gerente da Região Metropolitana e Interior da FF, para apresentar os estudos relacionados às propostas. **Diego Hernandez** explicou que a FF é responsável pela gestão das unidades de conservação do estado. A unidade que gerencia, explicou, cuida dos territórios de 22 UCs, pertencentes aos 39 municípios da Região Metropolitana, o que correspondente a, aproximadamente, 2% do território do estado. Passou a apresentação do estudo realizado, o mesmo que foi disponibilizado para consulta pública, ao longo de 20 dias, antes das audiências, em diversos espaços públicos e na página da FF na *internet*. Apresentou um panorama da Fundação Florestal, e dentre suas atribuições, enfatizou a elaboração do Inventário Florestal de Vegetação Nativa do Estado e, por meio da projeção de mapa, indicou a localização dos remanescentes de vegetação nativa do Estado de São Paulo, que são divididos por fisionomias. Acentuou o importante papel das 94 UCs e uma em processo de categorização, na proteção da biodiversidade do estado. Sobre as UCs da Região Metropolitana destacou os parques estaduais da Cantareira, do Juqueri e do Jaraguá e as 13 Áreas de Preservação Ambiental - APAs, alocadas em 39 municípios. Assim como o Instituto Chico Mendes na esfera federal, ressaltou que a FF, norteia suas ações nas diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Explicou que o SNUC classifica as categorias e define as unidades de conservação como espaços territoriais protegidos, que podem ser instituídos por qualquer esfera do poder público. A lei determina além de estabelecer as atribuições dos órgãos gestores também garante a gestão participativa desses

Página 2 de 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

territórios protegidos, completou. Existem dois grandes grupos de UCs, quais sejam: de uso sustentável e de proteção integral. Em cada grande grupo existe um rol de unidades de conservação que variam do uso direto ao uso indireto de seus recursos naturais, indo da forma menos restritiva a mais restritiva de uso. As UCs de proteção integral não permitem a ocupação humana dentro de seus territórios e, principalmente, não permitem o uso direto dos recursos naturais, seja ele através da extração ou da retirada de bens florestais ou a própria moradia, residência, ou o uso dessas áreas para outro fim de exploração direta. Explicou existir um rito legal que os órgãos gestores precisam seguir para que esses estudos sejam levados à população. Tal rito foi atualizado por um decreto estadual de 2014 que, de forma resumida, é pautado pela elaboração de estudos técnicos ambientais, no estudo da situação fundiária dessas áreas, de forma a garantir que a proposta não se sobreponha a outros projetos de demarcação também em curso – como, por exemplo, a delimitação de terras indígenas e de quilombolas. Num terceiro momento, as informações são repassadas à população, por meio de consulta pública, exatamente como está sendo feito na presente proposta. Em continuidade, a proposta é submetida ao Conselho Estadual do Meio Ambiente. Apresentou, com auxílio da projeção de mapas, a localização e extensão das UCs do polígono Guarapiranga e, do polígono área Billings. Destacou a importância dessas áreas para proteção das áreas de drenagem de ambos os reservatórios, que estão em risco em razão da ocupação urbana desordenada e de processos erosivos. A partir da criação da unidade, o primeiro passo será a elaboração dos Planos de Manejo pelo órgão gestor das UCs. Detalhou que o Comitê de Integração de Planos de Manejo, grupo de técnicos da SMA, estabelecido pela Resolução SMA 95/2016, define o roteiro metodológico para a elaboração dos planos de manejo. Frisou que, em termos de gestão, todas essas áreas são submetidas a um rol de atividade que envolve a fiscalização, pesquisa e manejo. Definiu a fiscalização como um conjunto de ações diretas de controle, por parte do órgão gestor, juntamente com a Polícia Militar Ambiental, através de um programa que o estado tem com a Polícia, chamado Sistema Integrado de Monitoramento, o SIM. Discorreu sobre a parceria existente com outros agentes de fiscalização para coibir o estabelecimento de processos de invasão e desmatamento no entorno das represas. Citou exemplos de unidades de conservação na Região Metropolitana com uso público estabelecido, tais como o Parque Estadual Cantareira, o Parque Estadual Jaraguá e do Juqueri, que devem servir de parâmetro para o estabelecimento nas unidades ora propostas. O órgão gestor desses territórios possui a atribuição de desenvolver as demandas de uso público, criando oportunidades de visitação pública a esses territórios, existindo oportunidade de explorar, inclusive os ambientes aquáticos, que se tem pretensão sejam desenvolvidos ao longo dos anos. A pesquisa e manejo da biodiversidade ficarão sob a responsabilidade do órgão gestor das unidades de conservação, que por sua vez contará com as informações do meio científico e acadêmico para promover os estudos necessários. Com relação ao meio físico destacou a importância de proteção dos solos em relação à dinâmica de assoreamento e dos processos erosivos decorrentes das ocupações desordenadas. Quanto ao meio socioeconômico do território fortemente urbanizado discorreu sobre os impactos das diversas aglomerações humanas e graus de vulnerabilidade social. Passou a dissertar sobre as estratégias da FF para abordar as questões fundiárias, dividida em três fases, a começar pelo levantamento de áreas. Para o desenvolvimento de tal estudo, fez-se necessário a contratação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo para obter as informações e elaborar o fotocadastro das áreas e das propriedades que estão inseridas no perímetro das UCs pretendidas. Tal processo envolve a emissão de um laudo de identificação fundiária, a análise jurídica da documentação e do diagnóstico do rol das propriedades que foram identificadas. Todas as informações coletadas somadas as existentes são utilizadas para a definição/ajuste do perímetro proposto, a execução do georreferenciamento e avaliação imobiliária. Tal fluxo de trabalho, resumiu, foi executado em 12 meses (de maio de 2016 a maio de 2017), período em que foram executadas as atividades de: planejamento, levantamento fotocadastral das áreas, identificação das propriedades, diagnóstico fundiário o levantamento topográfico georreferenciado de todos esses imóveis, para proceder, por fim, a avaliação

Página 3 de 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

propriamente dita. Com auxílio de mapa apresentou a configuração final das unidades de conservação com 187 ha. Quanto ao módulo fundiário relatou que foram identificados, a partir da avaliação do ITESP, ao todo, 37 imóveis sendo 16 imóveis na Guarapiranga e 21 na Billings, resultando em investimento de em R\$ 27 milhões e 22 milhões de reais, respectivamente. Detalhou e localizou em mapa todas as vistorias terrestres trabalho necessário a elaboração do documento técnico, já disponibilizado para consulta, há 20 dias. Também apresentou a rota e os resultados do sobrevoo de reconhecimento das áreas envolvidas. A partir desses estudos afirmou tratar-se de área com expressiva vegetação remanescente na Região Metropolitana de São Paulo. Destacou também as condições de ocupação tanto na área da Guarapiranga, que é muito mais tênue e menos impactante à unidade de conservação da região da Billings, a qual se caracteriza pela existência de ocupação no entorno. Detalhou também as características das ocupações irregulares urbanas em direção aos fragmentos de vegetação de, aproximadamente, 150 ha, que desempenham um papel essencial para a qualidade dos recursos hídricos. Destacou o trabalho conjunto com a Polícia Militar Ambiental para ajustar e identificar ações necessárias de gestão para controlar a ocupação sobre os braços da represa. Detalhou os principais desafios, dentre os quais, promover o alinhamento do projeto à realidade do município, conforme as orientações da Prefeitura de São Paulo. Tais desafios que vão desde a coibição da caça e da extração de produtos florestais ao combate à criminalidade urbana dependem da boa articulação com os diversos órgãos gestores. Apontou como oportunidade o incentivo a gestão participativa. Ofertou informações sobre a ocupação do território do entorno da unidade, com destaque para o Parque Estadual da Cantareira, unidade criada em 1963, e também do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS sobre as unidades de conservação, da Fundação SEADE. Segundo esse índice a área Guarapiranga está sobre um IPVS de baixa a média vulnerabilidade que significa que a ocupação humana está submetida à média e baixa vulnerabilidade social, diferentemente da região Billings com o índice de vulnerabilidade social que varia de alto a muito alto. Esta, destacou é a principal diferença entre os dois territórios que se pretende proteger. Retomou a explicar a importância desempenhada pelos fragmentos florestais para garantir a conectividade ecológica e o estudo do nível de prioridade dos mesmos de acordo com o Projeto Biota FAPESP. A área de estudo Guarapiranga apresenta melhor qualidade ambiental com oferta de áreas possíveis de serem destinadas à restauração florestal. Quanto a Billings foram identificadas áreas possíveis de serem inseridas em áreas possíveis de serem restauradas no Programa Nascentes. Acentuou a necessidade de se proceder ao cercamento dessas áreas identificadas e a importância da participação de todos os atores da região e não somente do órgão gestor. Como terceiro módulo de encaminhamentos administrativos e jurídicos finais do rito processual de criação de unidades de conservação destacou a realização de consultas e o encaminhamento da proposta para o CONSEMA. Destacou que a SMA elaborará a minuta de decreto de utilidade pública, que após ser aprovada pela sua consultoria jurídica será publicada em Diário Oficial do Estado para, a partir daí, iniciar a condução da aquisição dos imóveis pela Procuradoria Geral do Estado, por via amigável ou judicial, se for o caso. Passou-se à etapa na qual se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. **Vera Lúcia da Silva Santos**, representante da Associação Comunitária destacou quão importante é a realização da audiência pública no próprio território das unidades para que a comunidade conheça a importância da represa, e questionou se a população de Varginha também terá acesso a esse processo. Acentuou a necessidade de se ter mais parques para os moradores da Zona Sul, pois o mais próximo é o do Guarapiranga. Destacou todas as lutas socioambientais lideradas pela Associação que preside. **Antônio Carlos Pereira Silva**, Presidente da Associação de Moradores da Chácara Santo Amaro e conselheiro da APA disse que atua, justamente, dentro do Parque Varginha, cujo local é desprovido de atividades para a comunidade e também de informações sobre o processo. A expectativa, afirmou, é que esse processo de criação desses parques traga a conscientização da população para a preservação ambiental, tão necessária para o futuro dos jovens, dos adolescentes, dos idosos, enfim, de todos. Quanto à questão de avaliação de imóveis, espera que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

as transações sejam realizadas de forma transparente, sem o pagamento de valores exorbitantes, porém justos. Destacou as atividades de educação ambiental promovidos pela Secretaria do Verde, na Chácara Santo Amaro, pelo menos duas vezes ao ano. Ressaltou que a Polícia Militar também aparece, uma vez ou outra, para realizar trabalhos de conscientização ambiental e preservação para a criançada. Destacou a problemática das invasões que vem ocorrendo na comunidade, diferentemente, do que ocorria há tempos atrás. Hoje, ocorrem muitas invasões com muita destruição ambiental inclusive com o assoreamento de nascentes. Destacou a expectativa quanto ao reflexo positivo de mais trabalhos de conscientização ambiental da população para preservar e garantir um meio ambiente melhor para as gerações atuais e futuras, e por esse motivo, solicitou um número maior de iniciativas nesse sentido. **Regina Esteves**, do Sindicato Rural de São Paulo questionou: - se foram realizados levantamentos da vegetação primária, uma vez que constatou apenas levantamentos da vegetação secundária; - quais foram as restrições para as atividades agropecuárias e de produção rural na zona de amortecimento. Passou a palavra aos representantes dos órgãos públicos. **Solange Aparecida Dias**, assessora parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo destacou que também atuou como conselheira, por diversas gestões da APA do Bororé e da APA do Capivari e uma das fundadoras do Conselho Gestor do Polo de Ecoturismo da Região de Parelheiros. Lamentou pela proposta encontrar-se atrasada em 30 anos, pois a região do Grajaú era uma região belíssima dentro da Cidade de São Paulo. No entanto, não se conseguiu conter a ocupação que ocorreu ali. Apontou o problema que se tem com relação à fiscalização, principalmente com o pessoal da PM Ambiental, que não possui uma base no local. Afirmou a inexistência na região de órgão público para superar os problemas enfrentados. Por outro lado, afirmou que a sociedade civil está fazendo a lição de casa desde a década de 70. Relatou alguns trabalhos realizados por ONGs, principalmente, na época em que Walter Tesch, hoje Diretor da Fundação Florestal, era o prefeito regional de Parelheiros. Afirmou que Walter Tesch deixou uma semente, para o desenvolvimento do turismo local na região e mostrou todo seu potencial. Destacou também o importante papel do SEBRAE que, infelizmente, não foi adiante por falta de formalização do projeto. Em 2011, com a formação do Conselho Gestor do Turismo a área que abrange a APA Bororé-Colônia e a APA Capivari-Monos foi delimitada. Destacou a luta travada para promover a criação do projeto de lei, respectivo, e o respectivo plano de turismo existente para a região. Dentre as conquistas pontuou: a disponibilização de um guia da região; o site; a sinalização turística e a implantação de uma estrada com 14 quilômetros de extensão. Solicitou maior apoio do poder público. Comentou não ter conseguido ainda viabilizar uma estrada, um caminho no Parque Estadual da Serra do Mar. Ressaltou, no entanto, que a visitação expressiva a esse Parque ocorre, principalmente, devido ao olhar do gestor atual. Destacou a importância dessa atividade na promoção da preservação ambiental da área. Destacou a importância da fiscalização e remoção das ocupações irregulares no contexto da preservação dos espaços existentes e também daqueles que estão sendo criados, que a seu ver, deveriam ter uma extensão maior. Ratificou a necessidade de criar recursos para manter tais áreas e dos planos de manejo cuja elaboração deve contar com a participação da sociedade civil. Frisou a importância de se ter uma Delegacia de Crimes Ambientais para atender exclusivamente a região e também a presença mais efetiva do poder público no território. Ressaltou o apoio da CETESB, por meio da Lurdes. Informou que os empresários da região irão bancar e estão lutando para implantar um programa de fiscalização rural, aos moldes daquele existente na cidade de Assis. **Gilson Alves Beviláqua**, diretor da Divisão Técnica de Gestão Descentralizada da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, unidade que atende especificamente as Prefeituras regionais de Capela do Socorro e Parelheiros disse que falaria sobre uma preocupação mais imediata, que diz respeito aos três loteamentos clandestinos em andamento na Billings. Relacionado a esse tema, lembrou-se da existência e importância da Operação Integrada de Defesa das Águas que é um convênio do estado com o município, que visa a ação integrada de proteção das áreas de mananciais. Relatou que a primeira versão desse convênio funcionou muito bem, entre 2009 e 2012. Este teria de ser renovado em 2013, mas por questões

Página 5 de 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

políticas, não o foi. Por pressão de vários órgãos e com a entrada do Ministério Público, finalmente o convênio foi renovado em novembro de 2015, sem, contudo, estar funcionando plenamente até hoje, cabendo por essa razão uma crítica ao estado. Como parte desse convênio, destacou a existência dos comitês da Capela do Socorro e de Parelheiros, que se reunia com frequência e contava com o apoio constante da Lourdes da CETESB. No entanto, a CETESB não mais participou a partir desse ano. Sugeriu que a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA, da SMA tenha assento nesses comitês. Afirmou que a Prefeitura se faz presente. Comentou o papel importante do ITESP no levantamento fundiário. Lembrou-se do evento do dia 21 março na represa Guarapiranga do qual participaram os secretários municipais e estaduais, do governador e do prefeito de São Paulo, momento em que reiteraram a preocupação com preservação da represa. **Olga Maria Soares Glos**, da Prefeitura Municipal de São Paulo, responsável zoneamento urbano e do Plano Diretor ressaltou a importância do trabalho colaborativo entre o Estado e o Município. Agradeceu a iniciativa de criação dos parques em tela, mas destacou que encaminhou, para a CPLA da SMA, um relatório com fotos aéreas sobre as invasões que vem acontecendo nessas áreas, com a sugestão de se criar mais alguns parques. Passou-se a etapa das réplicas. **Diego Hernandes**, gerente da Região Metropolitana e Interior da FF ofertou os seguintes esclarecimentos: - as ações de comando e controle para proteção das áreas é atribuição obrigatória do estado e do município; - as definições quanto às atividades a serem ofertadas ao público, assim como os roteiros de visitação e a infraestrutura a serem implantadas deverão ser discutidos nos colegiados dos parques e no contexto do plano de manejo; - as atividades voltadas à educação ambiental nas unidades e no âmbito do atendimento escolar poderão seguir modelos já implantados em outras unidades, assim como, serem mantidos aqueles conduzidos na Chácara Santo Antônio pela Associação que vêm atuando na região, de forma a unir os esforços; - foram aproveitados os levantamentos primários elaborados pela DERSA, constantes no Estudo de Impacto Ambiental do Trecho Sul do Rodoanel. Os dados secundários, por sua vez, foram levantados junto ao meio acadêmico. No entanto, os parques naturais municipais vizinhos às unidades de conservação que estão sendo propostas possuem levantamento primário da circunvizinhança vizinha, do outro lado da represa; - Com relação à zona de amortecimento foi realizado um trabalho bastante eficiente de identificação do uso do solo, principalmente do uso do solo no entorno dessas áreas. Os casos de ocorrência dos pequenos produtores informados na audiência pública foram discutidos nos conselhos das unidades de conservação municipais das APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos. Nesses casos ficou bem clara a vocação do território para a produção rural, e, por isso, foram inseridos na realidade da zona de amortecimento, além de estarem assegurados pelo próprio Plano Diretor do Município. Portanto, em nenhum momento pretende-se estabelecer uma zona de amortecimento que esteja divergente do plano diretor estabelecido no Município de São Paulo; - Com relação a fiscalização, garantiu existirem rotinas bem estabelecidas junto a Polícia Militar Ambiental, entidade que também faz parte do Sistema Ambiental Paulista. Tal aparato de fiscalização também será trazido, além da possibilidade da Guarda Civil, que também é um ente de fiscalização também participante do sistema de monitoramento. Destacou o importante papel da Guarda Civil nas ações de proteção e defesa das águas; - Sobre o parcelamento do solo, reforçou a importância de se promover o fortalecimento das ações do município de remoção das ocupações irregulares e na prevenção de novos focos. Acentuou que todas as considerações que fez serão registradas em ata e levadas à apreciação do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Maurício Brusadin e ao CONSEMA; - Afirmou que o zoneamento e o plano diretor são os componentes mais atuais que se tem no estudo do estabelecimento dessas unidades de conservação. **Lucila Manzatti**, Diretora da Região Metropolitana e Interior da FF comentou que Walter Tesch, Diretor da FF, está acompanhando e na expectativa de que tudo dê certo ao longo das audiências e de todo o processo de criação. Ressaltou a importância do pacto em defesa das águas e para tanto, será importante a rearticulação para fortalecer programas já pactuados. Lembrou que o programa de educação ambiental da Fundação Florestal encontram-se já implantado por meio de Portaria, o que demonstra

Página 6 de 7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o interesse da entidade em propiciar que as pessoas da região possam usufruir de forma direta desses parques que estão sendo propostos. Acredita que essa aproximação será um trabalho muito bonito de ser realizado. Além disso, concordou com a afirmação de que não se respeita aquilo que não se conhece. Também fez questão de registrar a importante participação do ITESP, representado na audiência por Thiago Francisco neves Gobbo. Afirmou que todas as sugestões e contribuições colhidas ao longo da audiência serão consideradas. Lembrou que a proposta de criação encontrava-se ainda disponível para consulta pública em diversos canais. Informou que as dúvidas ainda existentes poderão ser encaminhadas à Ouvidoria, ou sanadas diretamente com a FF, por meio de contato telefônico. No curso da audiência pública foi protocolizada junto à Mesa Diretora dos trabalhos a “ata da 121ª reunião ordinária do Conselho Gestor da área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia, de 28 de novembro de 2017”. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data da próxima audiência pública sobre o projeto para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto sejam diretamente protocolizadas na Fundação Florestal, ou encaminhadas para o endereço eletrônico: rlazzarotti@fflorestal.sp.gov.br. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, responsável pelo Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.